

VINTE ANOS DE UMA IMPRENSA EM DECLÍNIO

Ana Margoso

Jornal *Agora*

Rua Damião de Góis n.º 81, Alvalade, Luanda, Angola

anamargoso@hotmail.com

Há vinte anos, e numa altura em que Angola estava mergulhada numa violenta guerra civil, sempre havia mais liberdade, e menos pressão sobre os ombros dos jornalistas, do que nos dias que correm.

Quando me chegou o convite para escrever umas linhas sobre o actual estado da imprensa em Angola, apesar de me ter atrasado na entrega do texto, confesso que não pensei duas vezes. Foi também uma oportunidade de contar aquilo que, em minha opinião, se traduz na realidade da comunicação social angolana, na actualidade. Não pretendo ser, de forma nenhuma, a dona da verdade, mas apenas dar a minha contribuição acerca do que penso estar a ser o trajecto da imprensa angolana nos últimos vinte anos.

A imprensa pública

Com a chegada da paz e ausência daquela que era, até então, a maior preocupação da governação angolana, a guerra, o regime descobriu que, na nova era, é importante acompanhar mais de perto o desenvolvimento da imprensa, não só da pública, mas principalmente da privada. Nos dias que correm não é fácil ser-se jornalista em Angola. Desconfio mesmo que não seja um curso que grande parte das pessoas queira fazer, não só pela remuneração geralmente baixa, principalmente nos órgãos privados, mas também devido aos riscos que se corre nessa profissão em Angola. As liberdades dos homens das canetas são coarctadas antes que se tornem, de facto, o quarto poder.

E todos os meios são usados nesta empreitada, desde intimidação, assassinatos, raptos, compras de jornais, impedimentos no acesso ao crédito e falta de gráficas. E isto para não falar na importação da mão-de-obra estrangeira, que é quem hoje tende a dominar os jornais.

A primeira vítima foi a imprensa pública em que, desde sempre, estiveram nas direcções figuras ligadas ao partido que governa e ao seu presidente. Mais do que isso, foram colocados nas redacções uma espécie de vigias com a tarefa de controlar tudo e todos e de escrever violentos editoriais contra uns e maquilhar a realidade dos factos a favor de outros.

Há quem defenda mesmo que, por detrás do actual ministro da Comunicação Social, José Luís de Matos, exista na realidade um ministro sombra, próximo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que tem a real responsabilidade de controlar tudo aquilo que sai na imprensa pública, através dos seus “olheiros” ou “pontas-de-lança” que estão espalhados pelas redacções.

A provar as minhas palavras, desafio quem quiser a folhear a publicação agora dirigida por José Ribeiro e a fazer o mesmo exercício, recuando uns 15 anos.

No *Jornal de Angola* do presente, os jornalistas são policiados, censurados, e até despedidos, por terem uma opinião contrária à da situação.

Joaquim Cabanje que era, até há bem pouco tempo, jornalista do diário JA e tinha uma página bastante activa no *facebook*, acabou despedido por se apresentar como uma figura anti-regime.

Um outro jornalista da mesma casa terá sido chamado à administração do diário por expressar posições bastantes críticas quanto ao regime na sua página de *facebook*, situação que funcionou como uma espécie de cartão vermelho.

“Na redacção do *Jornal de Angola*, Artur Queirós é o homem que manda, é o homem que tem a função de controlar tudo o que sai, ou não, nas edições do diário”, diz um profissional desta casa.

Há 12 anos, quando Angola alcançou finalmente a paz, no que à liberdade de expressão diz respeito estava bem melhor do que se encontra hoje. Ao comparar o conteúdo de uma edição dos dias que correm do oficial JA com uma edição de 1992, chega-se, claramente, à triste conclusão de que houve um retrocesso no país neste capítulo, a todos os níveis.

Não há espaço para mais ninguém na imprensa pública a não ser o MPLA, o partido que governa Angola desde 1975.

Só para dar um exemplo, o líder do maior partido angolano na oposição, Isaiás Samakuva, presidente da UNITA, não é convidado a falar para os ecrãs da Televisão Pública de Angola (TPA) há mais de dez anos. Isso para não falar da própria Rádio Nacional de Angola (RNA), onde os debates são feitos por pessoas da mesma corrente de pensamento, o que dificilmente pode-se considerar um debate, principalmente quando todos os intervenientes alinham pelo mesmo diapasão.

Fico aqui a pensar com os meus botões, o que seria da América se, com a chegada dos Democratas ao poder, aos Republicanos fosse retirado o acesso aos média públicos. Seria certamente um escândalo nacional para os norte-americanos.

A Agência de informação *Angolapress*, vulgarmente conhecida por ANGOP, é dos órgãos considerados públicos aquele que mais se tem esforçado em matéria de pluralidade, isenção e parcialidade. Isto embora aqui também, escasseie informação sobre a oposição angolana, ou mesmo de organizações da sociedade civil com pronunciamentos opostos ao partido no poder ou ao seu presidente.

Nestes órgãos, que são públicos, raramente se ouve uma voz contrária à do partido da situação, ou seja, o MPLA.

O péssimo trabalho da imprensa pública nas eleições de 2012

Por altura das eleições gerais que decorreram em 2012, ganhas pelo MPLA, o que aconteceu nos órgãos públicos mostrou que, em Angola, a imprensa pública está amordaçada e ao serviço de um só patrão. Durante a campanha eleitoral, a TPA tinha no seu telejornal um grupo de analistas, grande parte deles professores universitários, escolhidos a dedo, que nada mais fazia do que atirar pedras à oposição.

As manchetes e os editoriais da RNA eram todos a favor de um único partido, com muita desinformação à mistura.

Fernando Macedo, docente universitário, classificou a situação, um artigo publicado na imprensa angolana, como “eleições autoritárias”.

“As eleições em curso são autoritárias, porque direitos fundamentais continuam a ser violados”, disse na altura o académico universitário.

Nesta altura, esses órgãos davam-se, inclusive, ao luxo de manipular as informações que vinham dos partidos na oposição ou ainda, de desrespeitar a lei eleitoral, referente ao tempo de antena a que cada um dos partidos tinha direito por lei.

Recentemente, o próprio Conselho Nacional da Comunicação Social (CNCS), um órgão independente que tem como objectivo assegurar a objectividade e a isenção da informação em Angola, bem como salvaguardar a liberdade de expressão e de pensamento na imprensa, chamou atenção dos órgãos públicos para este facto.

“O Conselho entende que o tratamento da informação sobre os partidos políticos fora dos espaços noticiosos e sem critério jornalístico, deve obedecer ao espírito da igualdade de direitos conforme ele está estabelecido no artigo 17º da Constituição da República de Angola (CRA-2010), onde se exige, nomeadamente, que a imprensa pública conceda um tratamento imparcial a todas as formações partidária”, dizia a deliberação do CNCS, publicada no dia 02 de Maio de 2014.

Este mesmo órgão apelou aos media estatais para que tivessem em atenção a importância de “balizar a utilização dos espaços mediáticos para efeitos de marketing institucional, quando solicitados pelos partidos políticos, de modos a evitarem-se critérios duplos na avaliação de cada caso”, dizia o comunicado.

Concentração da informação

Relativamente aos avanços e retrocessos da nossa imprensa, é facto hoje que grande parte dos órgãos, sejam eles privados ou públicos, estão concentrados em Luanda. As províncias, mesmo aquelas que registam algum crescimento do ponto de vista económico, ou que têm uma sociedade civil bastante activa, não possuem um único jornal ou TV de iniciativa local.

Recentemente, numa viagem realizada à província de Benguela, no âmbito da expansão do Instituto de Comunicação Social da África (MISA – Angola) pelas províncias do interior, em conversa com jornalistas locais, uma das principais preocupações por eles apresentada era a falta de meios de comunicação locais. Isto é acentuado, também, pelo facto de na região Centro-Sul de Angola, onde na era colonial existia uma das maiores gráficas do país, hoje não existir nenhuma. Tal dificultou gravemente o trabalho dos jornais outrora existentes, que, com o tempo, não resistiram aos altos preços da impressão do jornal fora da província, bem como à falta de investimentos ou de acesso ao crédito, acabando por sucumbir às dificuldades do mercado, tal como aconteceu com o jornal *Kesongo*, do jornalista Ramiro Aleixo, e o *ChelaPress*, de Francisco Rasgado, que circulava entre as províncias de Benguela e Huíla.

Sobre a TV, os jornalistas daquela província defendiam que uma notícia local, apresentada no telejornal da televisão pública, sediada em Luanda, não tinha o mesmo impacto.

É de salientar que a rádio, apesar de todas as dificuldades impostas pelo Instituto Nacional das Comunicações (INACOM) para a criação de rádios, em particular comunitárias, é o órgão de imprensa que mais longe chega.

Em Angola, embora haja quem pretenda mostrar o contrário, não existem rádios comunitárias, que teriam um papel fundamental na própria educação da população, também por falta de legislação, como garante Teixeira Cândido do Sindicato dos Jornalistas Angolano (SJA).

“Há, por exemplo, a necessidade de termos rádios comunitárias. Isso pressupõe existência de legislação, e como não existe fica tudo muito difícil”, diz o sindicalista.

O que existe, e sob alçada do Ministério da Comunicação Social, são “repetidores”, como alguém os chamou um dia, da RNA, espalhados pelos vários municípios de Luanda, a capital do país. Não há, ainda, nenhuma rádio comunitária de facto a trabalhar em Angola.

Como podem constatar, nos dois exemplos acima referenciados, um dos grandes problemas dos órgãos de imprensa privados, em Angola, é exactamente a

falta de verbas para o seu bom funcionamento, isso tanto em Luanda como no interior, pois não há empresários interessados em investir nos media, muito menos bancos dispostos a dar crédito a quem investe nesta área.

Em entrevista concedida à *Voz da América*, no programa “Angola fala só”, Luísa Rogério, Secretária-geral do SJ, foi peremptória em afirmar que a liberdade de imprensa em Angola corre a duas velocidades, pelo facto de, segundo esta, “as províncias estarem reduzidas a uma única informação”.

O regime angolano sabe disso, daí todos ou quase todos os órgãos de comunicação social existentes em Angola estarem nas mãos de pessoas do poder, ou próximas dele.

Luísa Rogério fala em avanços, em outra entrevista concedida ao jornal *Agora*, quando se refere ao surgimento de mais órgãos de imprensa no país, o que é um facto.

“Há mais meios de comunicação social, o que contribui para o pluralismo”, responde a responsável máxima do SJA, ao jornalista Mário Paiva, para mais à frente avançar que “há maior concentração de meios”.

Apesar da lei de imprensa proibir monopólios, a verdade é que, actualmente, no nosso país existem grupos fortes que controlam mais de um único órgão de imprensa, tal como acontece com o grupo Score Media, que controla o jornal económico *Expansão*, o generalista *Novo Jornal* e o semanário *Agora*. E o Media Nova, que possui um jornal (*O País*), o *Semanário Económico*, uma revista (*Exame*), uma rádio (Rádio Mais) e uma TV (TvZimbo), para além de uma distribuidora a (Media Nova) e de uma empresa (Socijornal), propriedade de generais ligados à presidência da República e ao próprio Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que alguns defendem ser o principal accionista do grupo.

A Rádio Mais, com pouco mais de cinco anos no mercado, já conseguiu expandir-se pelas várias províncias do país, ao contrário do que acontece com a rádio católica, que espera há anos por uma autorização por parte das autoridades para difundir para todo o país.

Para além destes órgãos, a vantagem do grupo Media Nova, que imprime o jornal *O País* e a revista *Exame*, é possuir a gráfica DAMMER, localizada na zona do Talatona, que para além de jornais, também faz impressão de livros.

Depois do grande *boom* que viveu a imprensa nacional, com destaque para os jornais privados e mesmo as rádios, como a rádio Eclésia (RE), propriedade da Igreja Católica, que tem como uma das metas a atingir levar a informação a todos os cantos do país, a verdade é que esta pretensão não tem passado disto mesmo. Isto porque o governo não autorizou até à altura que esta se propagasse

para todo o território nacional, provocando desta forma um mal-estar dentro da própria igreja.

O certo é que o regime rapidamente se apercebeu da abrangência que esta rádio estava a alcançar ao nível de Luanda e de que poderia causar algumas mudanças em termos de mentalidade da própria população. Para o padre Pio Wacussanga, uma voz que vem do sul, a não autorização por parte das autoridades da expansão do sinal está a causar danos avultados à igreja.

“Isto nos prejudica imenso porque os que ajudaram a adquirir os equipamentos para a Rádio Eclésia contribuíram com o seu dinheiro, e são essas mães da igreja, da Legenda Maria do Apostolado Oração, que fizeram as suas coletas e ajudaram a comprar os equipamentos dos estúdios da Rádio Eclésia, nas Dioceses”.

“Agora, o material está a deteriorar-se exactamente por causa desse marasmo. Dentro da igreja há uns que acham que RE é uma ferramenta fundamental na área dos audiovisuais para se desencadear a evangelização, e há outros que acham que a RE arrancou na quarta mudança, e tendo arrancado em quarta pode correr o risco de ir para lá do seu objecto”, explica o religioso.

Os católicos acabaram por ver o seu sonho, de expandirem a sua voz por todas as 18 províncias do país, ser adiado *sine die* e muitos dos seus quadros saíram para órgãos públicos onde, segundo se disse na altura, antes de 2008, estavam a pagar os melhores salários.

A justificativa das autoridades para a não expansão do sinal da RE, é que a lei não permite que as rádios emitam por ondas curtas.

Compra dos jornais

Quanto aos jornais, que já eram considerados por alguns como “oposição” ao regime, pelas manchetes bombásticas que traziam quase todos os finais de semana, a verdade é que, depois de 2008, o regime, de forma inteligente, passou para a ofensiva e comprou os melhores títulos da imprensa angolana, com destaque para o *Semanário Angolense*, de Graça Campos e Silva Candembo, isso em 2010.

Fontes garantiram, na altura, que o SA teria sido comprado por milhares de dólares a uma empresa até então desconhecida no mercado angolano, a MEDIA INVEST, que, segundo se disse, é pertença de um dos filhos do ministro da Casa Civil da Presidência da República, General Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, conhecido apenas por “Bochecha”.

Ainda segundo as mesmas fontes, uma das cláusulas que constava do contrato de compra e venda é que os dois articulistas ficavam impedidos, a partir

daquela altura, de abrir qualquer órgão de imprensa num período de cinco anos, informação confirmada mais tarde pelo próprio Graça Campos, numa entrevista concedida ao jornal *O País*.

A seguir deu-se a compra do semanário *A Capital*, um dos mais fortes na crítica social, que possuía uma equipa bastante jovem e aguerrida, onde se destacavam nomes de redactores, como o seu director-geral, Tandala Francisco, e do então sub-director, José dos Santos, que assumiu recentemente o cargo de director-geral, em substituição de Tandala Francisco, que foi trabalhar para o Ministério da Administração do Território.

A saga continua e o semanário *Agora*, de Aguiar dos Santos, era também dos jornais a adquirir.

Contactos são feitos com o então director deste semanário, para a compra do título. Grande parte dos sócios é a favor da venda do jornal mas Aguiar resiste, inicialmente, a todas as propostas de compra. No entanto, a verdade é que, tal como na maioria das publicações, a situação financeira não era das melhores, e mesmo os recursos humanos começavam a pesar, e a débil saúde do jornalista faz com que os outros sócios equacionem a possibilidade de venda do semanário. Aguiar dos Santos, um dos ícones do jornalismo angolano, que resistiu até ao último momento, acaba por falecer, numa altura em que já circulavam nas redacções boatos sobre a venda do jornal.

A venda concretiza-se e a Score Media passa a ser a nova proprietária do jornal.

Com a compra do *Agora*, apenas sobra o *Folha 8*, do jornalista Willian Tonet.

Willian está há tempo suficiente para saber o que se estava a passar, já tendo havido, aliás, uma altura que era bastante próximo aos corredores do poder, o que lhe dará sempre vantagem. O proprietário da empresa Mundo Vídeo não aceita vender o jornal, mas vai vivendo aos trambolhões com os problemas habituais.

O novo rosto de uma imprensa mais amistosa

Enquanto decorria o processo de compra de jornais, dois grandes jornais eram lançados no mercado, antes das eleições de 2008, nomeadamente o *Novo Jornal*, dirigido por dois conhecidos jornalistas angolanos, Victor Silva e Gustavo Costa, tendo como chefe de redacção António Freitas, e o jornal *O País*, dirigido pelo então director do *Jornal de Angola*, Luís Fernando, formado em Cuba.

Essas duas publicações marcam uma nova era de fazer jornalismo em Angola. Se, por um lado, os primeiros jornais privados que surgiram em Angola estavam

mais virados para a denúncia de escândalos da governação, como a corrupção e a má governação, esses surgem com um pendor mais didáctico. Mas, ao longo do tempo percebem que não se pode fechar os olhos aos males da governação. Em 2009, quando o MPLA completou um ano de governação, após as eleições de 2008, o *Novo Jornal* escreveu na sua capa: “Um de governação, marcado por decepção”.

Os accionistas do grupo não ficam satisfeitos com a manchete, e por isso o jornal sofre represálias, com atrasos salariais consecutivos. Após essa afronta ao poder, o NJ, que era dos melhores projectos jornalísticos que existia, com uma direcção de luxo, sofre o primeiro golpe, com a saída de António Freitas, que aceita o convite para assumir a posição de director de comunicação e Imagem da Endiama, EP, uma das mais importantes empresas estatais angolana, a par da Sonangol, embora esta esteja ligada à área dos diamantes.

Victor Silva é o próximo a abandonar o barco. Não se sabendo ao certo se por iniciativa própria, se por vontade dos accionistas. No seu lugar é colocado Gustavo Costa, até então adjunto. A sua passagem pelo jornal é rápida, pouco tempo depois é comunicada à redacção a entrada de novos proprietários que, consigo, trazem uma direcção composta por profissionais portugueses.

O jornal *O País*, hoje dirigido por José Kaliengue, parece não viver a mesma turbulência que o seu congénere.

Recuos numa imprensa cada vez mais pobre e sem rumo

Há quem defenda mesmo que há mais de vinte anos, no auge do monopartidarismo, os jornalistas de Luanda gozavam de mais liberdade do que nos dias que correm.

Dificuldades de ordem financeira, e de recursos humanos, um mercado não habituado à leitura e, pior ainda, a falta de gráficas, e isso no início do século XXI (2000), começam a “asfixiar” um bebé ainda prematuro, mas que não se deixa cair, pois a força de vontade dos seus proprietários é maior do que toda a adversidade que vai surgindo ao longo da caminhada.

São profissionais de imprensa, gostam do que fazem, têm o bichinho no sangue, como soa-se dizer e a afronta ao poder parece ser umas das suas especialidades.

Com o fim do monopartidarismo, e com o advento da paz, profissionais vindos de escolas comunistas, como Cuba e Jugoslávia de Broz Tito, lideram o nascimento da imprensa privada angolana.

O *Correio da Semana* é a primeira experiência, surgida em 1992, tão logo o país se abre para o multipartidarismo, e tem entre os seus profissionais nomes como Reginaldo Silva, João Melo, entre outros, que experimentam e dão a provar uma nova forma de fazer jornalismo.

Logo depois, Ricardo de Mello surge com um novo tipo de jornalismo, nunca visto antes em Angola. Mais frontal, mais arrojado. Mas, com o reinício da guerra, entre 1994-1995, Ricardo coloca a sua cabeça a prêmio, tudo pela crença em um jornalismo ao serviço da verdade. O profissional frequenta as embaixadas estrangeiras acreditadas em Luanda, possui fontes credíveis, e, embora os avisos do perigo que a sua vida corria também lhe chegassem com alguma frequência, ele prefere ignorar.

Para abrir um jornal e fazer denúncias como as que trazia o *Imparcial Fax*, numa altura como aquela, era preciso mais do que um acto de coragem.

Neste período a que me refiro, Ricardo Mello já denunciava casos de corrupção, envolvendo figuras ligadas à própria presidência da República, bem como a familiares próximos do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, como por exemplo, a sua esposa, Ana Paula dos Santos, a primeira-dama do país.

Embora fosse um período em que a imprensa angolana respirava com algum alívio, apesar de pouco tempo de multipartidarismo, que permitia então a existência de jornais privados, assim como de partidos políticos, a verdade é que foi exactamente neste período, que, em menos de dois anos, dois jornalistas são assassinados em Luanda, sem que, até hoje, a polícia tenha esclarecido os dois casos.

Depois do director do semanário *Imparcial Fax*, morto no segundo andar do seu prédio, por desconhecidos, foi a vez de Simão Roberto, do *Jornal de Angola*.

Simão Roberto era jornalista sénior do diário angolano, redactor de matérias sobre política, assassinado quando regressava da cobertura de uma reunião do Conselho de Ministros, na zona do Rocha Pinto, em Luanda, quando foi interceptado por um desconhecido, tendo encontrado a morte no local.

Tanto um como outro caso nunca foram esclarecidos pela polícia, nem sequer mereceram uma mão dura por parte das autoridades.

Mais tarde, isso no início do século XXI, com apoios vindos, na sua maioria, das embaixadas estrangeiras sedeadas em Luanda, com destaque para a embaixada americana que muitas vezes ajudou a financiar o papel para a produção dos jornais privados, jornalistas de várias vertentes resolveram juntar-se numa associação, no sentido de combater os problemas de ordem financeira que ameaçavam o bom funcionamento dos órgãos.

A Associação da Imprensa Privada em Angola (AIPA) nasce com a finalidade de organizar e ajudar a combater os problemas que a imprensa privada tinha em Angola, tal como a falta de papel, a pressão política, o financiamento, a formação de pessoal, enfim, uma série de problemas. A verdade é que, apesar de ter sido uma boa iniciativa de Aguiar dos Santos e António Pinto, a actividade da associação nos dias de hoje é quase nula.

Morte em anos de paz

Alberto Chakusanga, jornalista da Rádio Despertar, onde apresentava um programa na língua nacional Umbundu, da região centro-sul do país, foi assassinado em sua casa, por elementos desconhecidos.

Na altura, colegas da vítima afirmaram ao Comité de Protecção de Jornalistas, que a única coisa que faltava da casa de Chakussanga era uma botija de gás, o que atira por terra a teoria de assalto. A sua morte, tal como a de Ricardo de Mello e de Simão Roberto, nunca foi esclarecida até ao momento.

O assassinato de Alberto Chakusanga surge 13 anos após a morte de Simão Roberto, numa altura em que o país parece, aos olhos do mundo, viver numa democracia de facto, onde os direitos dos cidadãos e dos profissionais são respeitados, e no ano em que se aprovou a constituição da República de Angola.

O estranho sumiço da jornalista guineense

Milocas Pereira é uma jornalista, docente universitária e guineense que escolheu Angola para viver. A jornalista foi vista pela última vez em Julho de 2012, sem que no entanto, a polícia angolana consiga dar explicações palpáveis do que possa ter acontecido com a profissional.

A jornalista terá sido agredida por desconhecidos faz este mês um ano, antes de ter informado alguns amigos e parentes de que iria abandonar Angola por tempo indeterminado. Fontes terão visto o carro da jornalista a circular em Luanda, com um desconhecido.

Milocas Pereira foi dos rostos que se opôs a uma intervenção de tropas angolanas na Guiné Bissau, a MISSANG, não poupando críticas às autoridades angolanas.

A Rádio França Internacional (RFI) publicou na semana passada uma notícia que dava conta da morte da jornalista e de um outro guineense.

“Dois dos quatro cidadãos guineenses, que estão desaparecidos há meses em Angola, foram encontrados mortos numa esquadra da polícia de Luanda”, dizia

a matéria assinada por Avelino Miguel, correspondente deste órgão no nosso país.

Entretanto, o MISA-Angola emitiu um comunicado, no dia da liberdade de imprensa, onde pede um esclarecimento, por parte das autoridades angolanas, sobre o desaparecimento misterioso da jornalista guineense em Junho do ano passado.

Regulamentação da lei de imprensa pendurada desde 2006

A lei de imprensa, lei nº 7/06, aprovada a 15 de Maio, que deveria ser regulamentada num prazo de 90 dias, aguarda há sete anos para ser regulamentada, tal como diz Luísa Rogério ao jornal *Agora*.

A comunicadora afirma desconhecer as razões que estão na base desta demora e aponta o dedo acusador também aos partidos da oposição.

“Os partidos da oposição também têm responsabilidades, porque competem-lhes fazer maior pressão e colocarem na mesa o dossier comunicação social”.

A lei de imprensa é o diploma que terá a missão de estabelecer metas gerais, que devem enquadrar a actividade da comunicação social.

Teixeira Cândido afirmou recentemente à imprensa que a regulamentação da lei de imprensa iria permitir, entre outros aspectos, o surgimento de mais órgãos de imprensa em Angola.

O jornalista do jornal *O País*, que faz parte da direcção do Sindicato, afirma que a regulamentação iria também permitir que zonas mais distantes do país tivessem a possibilidade de ter pluralidade de informação.

Quanto ao discurso oficial, como podem imaginar, considera que a comunicação social em Angola está no bom caminho e se recomenda.